F.A.E.S.E.
A Força Vem do Campo

NOTA TÉCNICA

Julho de 2018

SISTEMA
SENAR SERGIPE · F.A.E.S.E. · CNA Brasil · SINDICATO RURAL

ESTIAGEM: MEDIDAS SÃO APONTADAS PARA MINIMIZAR PREJUÍZOS NA AGRICULTURA E PECUÁRIA.

Objetivo: Relatar os baixos índices de pluviosidade no primeiro semestre, no Estado de Sergipe, apresentar os impactos à economia e apontar um quadro de encaminhamentos para garantia do setor primário.

CONSIDERANDO:

I - O Estado de Sergipe iniciou o ano de 2018 com influência do fenômeno *"El Niño"* considerado de maior intensidade em relação aos outros anos. Constatou-se um Déficit Hídrico (escassez de chuvas), com volume de chuvas insuficientes e mal distribuídas entre janeiro a junho, sendo este muito abaixo da média histórica para o Estado de Sergipe, notadamente nos municípios que compõem o tradicional cinturão do milho e a região do alto sertão sergipano;

II – Segundo dados oficiais da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - Emdagro, para o período nominado acima, houve um déficit pluviométrico comparativamente a média histórica. Citemos os índices pluviométricos de alguns municípios:
Carira – 261mm
Cumbe – 377 mm
Frei Paulo – 239 mm
Pinhão – 246 mm

III – Os municípios sergipanos que compõem o cinturão do milho, área tradicional desta cultura, e os municípios tradicionais na pecuária leiteira, são:
Aquidabã; Canhoba; Canindé de São Francisco; Carira; Cumbe; Feira Nova; Frei Paulo; Gararu; Gracho Cardoso; Itabi; Lagarto; Monte Alegre de Sergipe; Nossa Senhora Aparecida; Nossa Senhora da Glória; Nossa Senhora das Dores; Nossa Senhora de Lourdes; Pedra Mole; Pinhão; Poço Redondo; Poço Verde; Porto da Folha; Ribeirópolis; São Miguel do Aleixo; Simão Dias e Tobias Barreto.

IV – A cultura do milho representa a maior área de lavoura no Estado com 172 mil hectares (Conab/2018), Valor Bruto de Produção da ordem de R$ 565 milhões (Mapa) com, aproximadamente, 3.200 operações de crédito rural por safra. A atividade da pecuária de leite embora presente em todos os municípios do Estado, concentra a maior produção na região do alto sertão sergipano. As duas atividades juntas representam o montante de R$ 730 milhões sendo, 35% do VBP Estadual.

V - Em decorrência da estiagem, principalmente na região do cinturão do milho, e do alto sertão sergipano os seguintes danos foram ocasionados:

AGRICULTURA

Conforme vistoria e acompanhamento desta Federação com grupo de técnicos da área, as perdas registradas na safra compreendem, aproximadamente 50%, assim passamos a discriminá-las com os devidos valores, conforme percentuais de perdas.

Considerando 50% de quebra na produtividade do milho, calcula-se:

Milho/SE	**Área** (ha)	**Produtiv. Esperada** sc/ha	**Produção** Em 1.000 toneladas	**VBP -R$** em R$1.000	**Custo Produção R$** em 1.000	**Receita Líquida R$** em 1.000
Previsão	172.000	94	970.080	565.550,00	361.200,00	204.350,00
Perspectiva Atual						
Perda Total	73.100	0	0	0	153.510,00	- 153.510,00
Perda Parcial	73.100	77,5	339.915	198.170,00	153.510,00	44.660,00
Produção Normal	25.800	94	145.512	84.833,00	54.180,00	30.653,00
Total	**172.000**	**± 47**	**485.427**	**283.000,00**	**361.200**	**- 78.197,00**

Sergipe: Preço Médio (R$35,00/sc) e Custo (R$ 2.100,00/ha)
Fonte: Conab (2018) e Mapa (2018) Elab.: Faese

Como efeito da estiagem que aflige o Estado de Sergipe, destacamos um prejuízo de safra equivalente à: R$ 78 milhões de Prejuízo de Safra e R$ 204 milhões que deixarão de ser movimentados na economia do Estado, devido às estiagens ocorridas nesta Safra 2018, gerando uma frustração de R$ 282 milhões.

Além das perdas acima discriminadas, deixamos de computar outras, como: diminuição de venda de combustíveis (diesel) para colheitadeiras, movimentação nas pousadas, restaurantes, oficinas, revendedoras de peças, etc. Todo o ciclo de operações de fluxo indireto que são movimentados pela colheita. O impacto será maior ainda levando em consideração a diminuição no movimento do comércio local, seja: supermercados, vestimentas, móveis, eletrodomésticos, feiras livre, etc.

PECUÁRIA

A forte estiagem no primeiro semestre, caracterizado como o de maior pluviosidade, afeta diretamente a produção de leite na região do alto sertão sergipano, uma vez que, as lavouras destinadas a produção de forragens foram comprometidas e as reservas hídricas apresentam-se em níveis abaixo do esperado e, em muitas localidades, em limites mínimos.

A produção de leite no estado tem 80% da sua origem nesta região. Tal qual em 2016, muitos produtores precisaram vender animais, pois, não possuíam alimento para o arraçoamento de todo o rebanho. Alternativas foram criadas tais como: milho hidropônico e bagaço de cana oriundo de usinas. Todas com alto custo o que inviabiliza a produção. Ademais, vários caminhões pipa eram adquiridos para suprir as necessidades do rebanho.

SUGESTÕES APRESENTADAS PARA ENFRENTAMENTO DA CRISE

Neste contexto apresentamos e apontamos aos nossos Gestores (Governador, Secretários, Prefeitos), Senadores, Deputados e demais lideranças as seguintes medidas a serem adotadas:

a) **NECESSÁRIA** decretação do estado de emergência nos municípios atingidos - Solicitamos o apoio de todos no sentido de sensibilizar os gestores municipais quanto a decretação deste ato pois, somente ele é quem garante os benefícios das prorrogações das dívidas e acesso aos programas sociais do Governo Federal. Até o presente momento, apenas os seguintes municípios têm Estado de Emergência reconhecido pelo Ministério da Integração Nacional: Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Pinhão, Poço Redondo, Poço Verde e Tobias Barreto;

b) **AGILIDADE** nas vistorias das lavouras de milho, cobertas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (***Proagro***), que já possuam laudos técnicos declarando a inviabilidade econômica da cultura para os fins de colheita de grãos – *objetiva-se a liberação destas áreas para a formação de reserva alimentar dos rebanhos através do processo de ensilagem da massa verde. Esta agilidade deve-se ao fato da perda de massa verde, dia após dia, da cultura exposta a estiagem.*

c) **URGENTE** atuação política em busca de providências junto às Diretorias do Banco do Brasil e Banco do Nordeste - objetiva a prorrogação da parcela de investimento vincenda entre 2018.2 a 2019.1 para um ano posterior ao último desembolso do contrato e parcelamento em 05 (cinco)anos a operação de custeio tomada para a atual safra. Ações previstas no Manual de Crédito Rural - MCR, tais como a Resolução 4.554/2017, do Conselho Monetário Nacional CMN/BC e da Lei 13.606/2018 (art. 36). A união de esforços com os produtores baianos é fundamental, pois a produção do estado vizinho também está afetada pelo fenômeno climático.

d) **PRUDENTE** aprovisionamento de recursos públicos para subsidiar a aquisição de silagem e água bruta para os pequenos produtores, durante o verão 2018/2019 - *alertamos a necessidade de aprovisionar verbas próprias do Estado, através do próprio Fundo de Pobreza;*

e) **ESTRATÉGIA** de liberar áreas nos perímetros irrigados do Estado – *apontamos como uma das soluções para a falta de reserva alimentar para os rebanhos, a utilização de lotes empresariais nos perímetros irrigados de Canindé do São Francisco, Poço Redondo e região do Baixo São Francisco. Vários lotes encontram-se sem a exploração econômica e a sociedade civil organizada (associações, cooperativas, movimentos sociais ou outros) pode gerir a produção e distribuição de forragem;*

f) **INTERLOCUÇÃO** com produtores de cana de açúcar dos Estados de Sergipe e Alagoas – *muitos fornecedores de cana-de-açúcar dos dois estados podem direcionar parte da produção para o arraçoamento de rebanhos, desde que, sejam ajustados alguns aspectos importantes: quantidade, valores, regularidade no fornecimento, dentre outros.*

g) **CRIAÇÃO** de pontos de captação de água no Rio São Francisco e outros pequenos rios – *Desde a estiagem do ano de 2016, o estado de Sergipe sofre uma ação da Fiscalização Preventiva Integrada – FPI. A FPI é uma ação integrada dos diversos órgãos com atribuição na esfera ambiental. Tal fiscalização impede a captação de água bruta no Rio São Francisco por caminhões pipa por estes não possuírem a outorga d'água e pontos adequados para esta captação. Sugerimos a intervenção do Governo do Estado para a construção de pontos adequados, estrategicamente localizados e, com as devidas autorizações de funcionamento emitidas pela Agencia Nacional de Águas – ANA e a Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA. Enquanto durar este processo de regularização, caso seja necessário, utilize-se a legislação brasileira avocando o estado de necessidade;*

h) **ATUAÇÃO** perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, para reforço no estoque de milho em grãos no armazém de Sergipe, para atender aos pequenos e médios produtores da pecuária sergipana. – *Necessidade URGENTE de articulação perante este órgão para o melhor suprimento deste produto no Estado. O estoque de milho em grãos no estado é de apenas 19 toneladas, equivalente a 327 sacas e, sem nenhuma contratação de frete programada. Ademais, duas ações tornam-se necessárias: a) a manutenção da portaria interministerial nº 260, de 27/02/2018 que garante o preço mínimo de R$ 33,00 (trinta e três) reais pela saca e, b) retorno do funcionamento do armazém no município de Nossa Senhora da Glória que garantirá o abastecimento do alto sertão sergipano.*

Ivan Apóstolo Sobral
Presidente da FAESE